



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RISOLEIDE BARROS DA SILVA

**AUDITORIA: UMA FERRAMENTA AUXILIAR AO PROCESSO DE
INVESTIGAÇÃO DE EVENTUAIS CASOS DE LEGALIZAÇÃO DE DINHEIRO NÃO
CONTABILIZADO.**

MONTEIRO – PB

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RISOLEIDE BARROS DA SILVA

**AUDITORIA: UMA FERRAMENTA AUXILIAR AO PROCESSO DE
INVESTIGAÇÃO DE EVENTUAIS CASOS DE LEGALIZAÇÃO DE DINHEIRO NÃO
CONTABILIZADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Ciências Contábeis sob a orientação do(a) professor(a) MSc. Marônio Monteiro do Rêgo.

MONTEIRO – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Risoleide Barros da.

Auditoria independente [manuscrito] : uma ferramenta auxiliar ao processo de investigação de eventuais casos de legalização de dinheiro não contabilizado / Risoleide Barros da Silva. - 2015.

35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2015.

"Orientação: Prof. Me. Marônio Monteiro do Rêgo, Departamento de Ciências Contábeis".

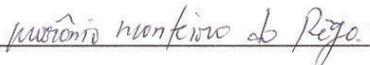
1. Contabilidade. 2. Auditoria. 3. Dinheiro não contabilizado. I. Título.

21. ed. CDD 657.45

RISOLEIDE BARROS DA SILVA

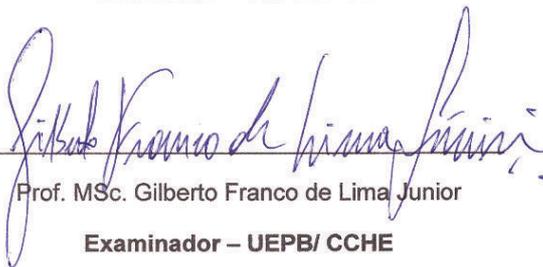
**AUDITORIA: UMA FERRAMENTA AUXILIAR AO PROCESSO DE
INVESTIGAÇÃO DE EVENTUAIS CASOS DE LEGALIZAÇÃO DE DINHEIRO NÃO
CONTABILIZADO.**

BANCA EXAMINADORA



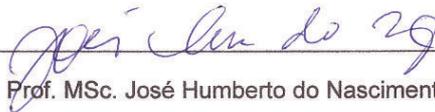
Prof. MSc. Marônio Monteiro do Rêgo

Orientador – UEPB/CCHE



Prof. MSc. Gilberto Franco de Lima Junior

Examinador – UEPB/ CCHE



Prof. MSc. José Humberto do Nascimento Cruz

Examinador – UEPB/CCHE

Aprovação em: 25 / 05 / 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família em especial meus pais Rivaldo e Quitéria que sempre me deram força, coragem e apoio para seguir em busca de meus objetivos. Ao meu orientador pela paciência, dedicação e carinho que teve comigo durante toda a construção deste trabalho, ao meu Esposo Rogério por todo o apoio durante minha caminhada acadêmica e ao meu filho Daniel, que foi a razão pela qual me fez lutar para realizar esse sonho. Muito Obrigada a todos vocês.

AGRADECIMENTOS

Chegar até essa etapa não foi fácil, passei por muitas dificuldades, mas ao lembrar da oportunidade de ingressar na vida acadêmica, vi que desistir não seria a solução e encarei essa nova etapa como a realização de um projeto de vida. Ao finalizar esse trabalho me reportam nesse espaço, às pessoas essenciais, sem as quais a construção dessa monografia não seria possível e dedico a elas meus sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força, coragem e iluminar meu caminho para que pudesse concluir esta etapa da minha vida.

Agradeço aos meus queridos Pais Rivaldo e Quitéria por me conceder a vida, onde sem a existência deles este sonho não seria realizado ,a vocês meus queridos muito obrigada (AMO VOCES).

Agradeço a todos os meus irmãos e sobrinospela ajuda concedida durante esta minha caminhada acadêmica. Adoro vocês. !!!!!!!!!!!!!!!

Agradeço a orientação do meu querido professorMarônio Monteiro do Rego, que colaborou de forma fundamental nesse trabalho, acreditando sempre nas coisas que eu apresentava-lhe, indicando sugestões que contribuíram de forma significativa. Agradeço a oportunidade de aprendizado que ele me concedeu durante o decorrer de todo o curso. A você meu muito obrigada, serei eternamente grata pelos seus ensinamentos.

Não posso esquecer-me de meus mais fiéis amigos: Anastácia Saraiva, Rúbia Xavier, Lucia Moura, Roseane dos Santos, Maria Brito, Eliza Aleixo, Gilbéria Gomes e Salete Aleixo por terem me concedido sua ajuda nos momentos que solicitei, a vocês meu muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer a minha amiga Doralice Maracajá, pessoa maravilha, a qual me ajudou com meu filho para que eu pudesse estudar, a você agradeço de coração.

Um agradecimento especial a minha amiga e companheira de curso Maiana Rodrigues por toda ajuda concedida, feito com muito carinho e atenção durante todo o curso. Muito obrigada.

Meu muito obrigado a todos os professores que contribuíram direto e indiretamente para que eu pudesse subir este degrau, sem seus ensinamentos não teria chegado a onde estou,a vocês serei eternamente grata.

Por fim agradeço a pessoa que me apoiou em todos os momentos desta minha caminhada acadêmica. A você Rogerio, não tenho nem palavras para te agradecer e dizer o quanto você é importante na minha vida, por isso te digo muito, muito obrigada. Te Amo!!!!!!!!!!!!!!

“Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir.”

A Estrada, Cidade Negra.

RESUMO

Este trabalho expõe uma pesquisa, onde demonstra que a Auditoria consolida-se como peça de fundamental importância no processo de averiguação de dinheiro não contabilizado, devido a necessidade de haver confiabilidade e credibilidade nas avaliações contábil de uma empresa. O objetivo geral desse trabalho é conhecer o papel desenvolvido pela auditoria no processo de investigação de dinheiro não contabilizado. No referencial teórico se apresenta os estudos desenvolvidos pela contabilidade, auditoria e normas vigentes. Para se concluir o trabalho, foi necessário utilizar o método da pesquisa bibliográfica e descritiva. Sua conclusão pode perceber que a auditoria é uma ferramenta, onde procura dentro dos seus conceitos e normas analisar esse processo de dinheiro não contabilizado numa entidade, buscando mostrar e solucionar essa pratica, de forma que não comprometa a entidade e as pessoas com maiores danos.

Palavras Chaves: Contabilidade, Auditoria e Dinheiro Não Contabilizado.

RESUMEN

En este trabajo expone una pesquisa donde demuestra que la Auditoria consolidase como una herramienta de fundamental importancia en el proceso de averiguación de dinero no contabilizado, debido la necesidad de haber confiabilidad y credibilidad en las evaluaciones contábil de una empresa. El objetivo general de este trabajo es conocer el papel del desarrollo por la auditoria en el proceso de investigación del dinero no contabilizado. El referencial teórico presentase los estudios desarrollados por la contabilidad, auditoria y normas vigentes. Para concluirse el trabajo, fue necesario utilizar el método de la pesquisa bibliográfica y descriptiva. Su conclusión percibe que la auditoria es una herramienta, donde busca dentro de sus conceptos y normas en analizar ese proceso del dinero no contabilizado en una entidad, buscando presentar y solucionar esta práctica, de forma que no comprometa la entidad y las personas con mayores daños.

PALABRAS CLAVES: Contabilidad, Auditoria y Dinero No Contabilizado.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. OBJETIVOS:	15
1.1.1. Objetivo Geral:	15
1.1.2. Objetivos Específicos:	15
2. JUSTIFICATIVA:	16
3. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1. A CIÊNCIA CONTÁBIL AO LONGO DO TEMPO	17
3.1.1. PROCESSO DE AUDITORIA CONTABIL	21
3.1.1.1. CONCEITUAÇÕES DO PROCESSO DE DINHEIRO NÃO CONTABILIZADO	24
3.1.1.2. A AUDITORIA PERANTE AS NORMAS VIRGENTES	27
4. METODOLOGIA	31
5. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

O marco da Revolução Industrial, ainda na sua fase primeira, na auspiciosa Inglaterra, provocou mudanças internas e externas no ambiente industrial em expansão, principalmente em relação ao processo tecnológico. A contabilidade destacou-se nas grandes sociedades anônimas por influenciar de forma positiva no processo de tomada de decisões e proporcionar maior confiabilidade nas informações fornecidas aos públicos, interno e externo, especialmente, as instituições financeiras. Sendo a contabilidade uma ciência formada por ramificações para influenciar de forma positiva os processos de controle e tomada de decisões em uma entidade. A Auditoria se configura como uma área contábil desenvolvida para auxiliar nas informações ocorridas no período analisado.

Para Attie (2011, p. 07) “A contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar o administrador, sendo ela a formadora de uma especialização denominada auditoria, destinada a ser usada como uma ferramenta de confirmação da própria contabilidade”. Com isso a auditoria torna-se área contábil no sentido de revisar as demonstrações financeiras, para finalidade de assegurar a fidelidade dos registros, proporcionando assim uma maior credibilidade às demonstrações e relatórios da administração.

Nesse sentido percebe-se que a auditoria surgiu da necessidade de que os usuários das informações contábeis tinham de contar com uma opinião independente e objetiva sobre seus trabalhos desenvolvidos nas entidades. O surgimento da auditoria tornou-se inexorável, posto que as informações fornecidas aos usuários ajudariam a esclarecer sobre os trabalhos desenvolvidos na entidade. Por sua vez, Attie (2011) nos recorda que:

“A atividade de auditoria é originária da Inglaterra que, como dominadora dos mares e do comércio em épocas passadas teria iniciado a disseminação de investimentos em diversos locais e países e, por consequência, o exame dos investimentos mantidos naqueles locais”.

Os auditores tinham seu papel destacado desde a época da Revolução Industrial onde exigiam a aprovação dos balanços por esse profissional da área, ou

seja, a contabilidade não é uma novidade, para o mundo dos negócios, apenas se destacou com mais frequência na medida em que vai surgindo as necessidades no meio empresarial e a cada ano vem se evoluindo proporcionando aos seus usuários informações com mais precisão e clareza orientado pela concepção da ética profissional.

O profissional da contabilidade, através de relatórios das Demonstrações Financeiras, consegue fornecer informações cuja utilidade é semear junto aqueles que se encontra no campo das decisões de uma entidade, servindo-os de amparo às respectivas assertivas. Nesse sentido, podemos afirmar que corroboram com tal visão FRANCO et.al (2007):

“É a ciência destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativo e as variações por ele sofridas, com o objetivo de fornecer informações sobre o estado patrimonial e suas variações em determinado período”.

É por assim dizer a ferramenta que proporciona o controle do patrimônio das entidades, ou seja, das empresas ou instituições, sendo feito por meio de registros contábeis, das respectivas demonstrações e do resultado existente no período analisado.

Já Auditoria, é uma técnica contábil usada para mensurar a adequação e confiança dos registros e das demonstrações contábeis, onde está consiste no exame de livros, registros, documentos e obtenção de informações relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando o cálculo e exatidão dos registros e demonstrações decorrentes.

Para reforçar esse raciocínio FRANCO et.al (2007, p. 28) fala que:

“A técnica contábil que através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionadas com o controle do patrimônio de uma entidade- objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômica- financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas”

Sendo a Auditoria uma técnica contábil usada de forma auxiliar no processo de investigação, esta se encontra pautada nas normas e princípios contábeis, assim como nos requisitos propostos pelo Código de Ética Profissional de Contabilidade – CEPS. O qual foi aprovado pela Resolução CFC 803/96, a fim de garantir que as informações mensuradas sejam confiáveis. Identificando que o Código de ética, pode ajudar no desenrolar do processo de investigação de eventuais casos de legalização de dinheiro não contabilizado, cujo principal objetivo é fixar a forma pela qual se devem conduzir os profissionais da contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados a classe. Sabendo-se o quanto tais práticas vêm expandindo e convertendo-se em um grave problema para o mundo dos negócios.

Por conseguinte, é de mister interesse para a sociedade em geral, a qual precisa desse meio, a auditoria, para desenvolver suas atividades, uma vez que o estado se mantém a partir do que legalmente é estabelecido como sendo suas fontes financeiras e garantidoras do cumprimento de seu papel constitucional.

Prova disso são os casos fortemente aludidos pelos meios de comunicação a exemplo do caso ENRON¹ ou mesmo de operações desencadeadas pela polícia federal do Brasil intitulada por “Lavanderia”² ou de prestações de contas estatais em diversas esferas do poder público em nosso País.

Neste sentido, de acordo com a definição de Crepaldi (2007, p. 03) “a auditoria consiste em controlar as áreas-chaves nas empresas a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes regulares nos controles internos específicos de cada organização”. Para tanto com a implantação de um sistema de auditoria eficiente, que contribui para a averiguação em casos de dinheiro não contabilizado, consegue ter uma solução, ou uma diminuição dessa prática tão errônea, então deve-se enfocar a seguinte questão:

¹foi uma companhia de energia americana, localizada em Houston, Texas, razão de uma série de escândalos financeiros corporativos.

²Termo utilizado para designar atividades ilegais de dinheiro não contabilizado.

Como a Auditoria contribui no processo de investigação em caso de dinheiro não contabilizado?

1.1. OBJETIVOS:

1.1.1. Objetivo Geral:

- Conhecer o papel desenvolvido pela auditoria no processo de investigação de dinheiro não contabilizado.

1.1.2. Objetivos Específicos:

- Discorrer sobre a evolução histórica da ciência contábil e de sua técnica, a auditoria;
- Conhecer o processo de auditoria Contábil;
- Entender o que é o processo de investigação em caso de dinheiro não contabilizado;
- Verificar, perante a legislação vigente, o papel competente à auditoria, em caso de investigação de dinheiro não contabilizado.

2. JUSTIFICATIVA:

De acordo com Belle e Jonhs (1942), *apud* Carvalho etall, “Os principais objetivos de um programa de Auditoria giram em torno da detecção de fraudes”, neste sentido a presente pesquisa justifica-se por meio da indispensabilidade das funções existentes na Auditoria, uma vez que essa ferramenta exerce controles no processo de investigação em caso de dinheiro não contabilizado, a fim de evitarque essa prática se desenvolva, sendo parcial e profissional no repasse das informações. Possui relevância social, uma vez que essa prática de fraudes não se limita apenas ao mundo dos causadores e envolvidos e sim prejudica toda sociedade, por isso sua consecução e apreciação da forma de controle para o público é de fundamental relevância.

Tem uma dimensão na Prática Contábil, pois auxilia os profissionais da contabilidade a agirem e se comportarem de forma adequada no meio em que trabalham, sempre visando a melhor forma de colaborar para que prática de dinheiro não contabilizado seja cada vez menos executada por seus gestores.

Apresenta ainda relevância fundamental para nossa Academia no que se refere para contribuição de pesquisa em outros trabalhos construídos por alunos posteriores da mesma e de forma profícua para o estabelecimento da teia do conhecimento a esse respeito.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A CIÊNCIA CONTÁBIL AO LONGO DO TEMPO

A contabilidade é uma ciência social que teve início desde os primórdios da civilização de forma ainda rudimentar, para a necessidade que o homem primitivo tinha de aperfeiçoar o instrumento de avaliação do patrimônio. O seu desenvolvimento na história esteve ligado à economia e às transformações sociopolíticas. O capitalismo impulsionou sua ascensão, tornando uma disciplina com eficácia e mais reconhecimento para o desenvolvimento da economia de mercado no mundo, com isso se verifica que até 1920 as escolas europeia e italiana ganharam destaque no seu desenvolver, mas perde para a escola norte americana por conter uma ampla estrutura econômica e política, também com o surgimento das grandes corporações, que visavam acima de qualquer coisa o lucro para o negócio e conseqüentemente para o dono, isso se preponderam de uma luta pelo domínio e setores estratégicos, era aliando ao grande desenvolvimento de mercado de capitais e faz necessário ao ritmo formidável do mesmo, onde contribui para um campo fértil no avanço das teorias e práticas contábeis norte americano. Tornando assim, uma ciência utilitária para diversos setores da economia, com seus próprios mecanismos.

Nesse sentido, a contabilidade assume a finalidade de promover informações de fatos ocorridos na gestão para tomada de decisão da empresa, as quais são fornecidas através de relatórios chamados de Demonstrações Contábeis e são elaborados pelo profissional da área, de forma a apresentar todos os resultados atingidos pela entidade num dado período, narrando assim, toda a movimentação contábil-financeira.

Sendo uma ciência requisitada no cenário da informação para ajudar na tomada de decisão, pode – se definir através do pensamento de Franco e Marra (2007, pg. 25) que:

“A contabilidade é uma ciência destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativo e qualitativo e as variações por ele sofridas, com o objetivo de fornecer informações sobre o estado patrimonial suas variações em determinado período”.

Essas informações devem ser expressas com clareza para que o gestor da empresa fique ciente da atual situação apresentada e a partir daí tomar sua devida decisão. Quanto ao objeto da contabilidade, este repousa sobre o patrimônio, pertencente às entidades econômico-administrativas. Já na perspectiva do objetivo, a ciência contábil, cumpre seu ditame, quando passa a fornecer as devidas informações evidenciadas e relevantes para a avaliação da riqueza patrimonial e dos resultados produzidos pela gestão em análise, que sejam úteis e capazes de fazer a diferença, quando da tomada de decisão, mantendo-se ativa no que concerne ao aspecto da participação informacional aos públicos que se interessam pela natureza de suas informações geradas, quer seja eles internos ou externos, quer sejam ligadas ao fornecimento de recursos, a investidores ou mesmo aos seus respectivos credores.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00), os relatórios contábeis – financeiro fornecem informação sobre os recursos econômicos da entidade que reporta a informação. Destaca ainda que existem características qualitativas para ajudar os usuários na tomada de decisão uma vez que somente as informações da contabilidade não são suficientes, pois se a informação contábil financeira é de ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. Portanto as características qualitativas fundamentais para a informação contábil financeira são: Relevância e Representação Fidedigna.

No que se refere a relevância, essa é caracterizada por ser capaz de fazer a diferença nas decisões que venham a ser tomadas pelos usuários, ainda que os mesmos não a levem em consideração, ou que já tenham tomado ciência da sua existência através de outras fontes. Por isso, para serem úteis, as informações devem ter essa peculiaridade que auxilia na necessidade dos usuários na tomada de decisão, avaliando o impacto gerado por eventos do passado presente e conseqüentemente futuro.

Para Hendriksen e Breda (2007), “a informação relevante é a informação pertinente à questão sendo analisada. A informação pode ser pertinente de pelo menos três maneiras: afetando metas, afetando a compreensão, e afetando decisões”. No entanto, a mesma deve ser adequada, justa e completa, a fim de tornar os demonstrativos contábeis simples, significativos e capazes de ser entendidos e analisados com precisão. A informação contábil- financeira deve ser capaz de fazer a diferença nas decisões se tiver valor preditivo, confirmatório ou ambos. Estes valores estão interligados, o valor preditivo pode ser utilizado como dado de entrada, para auxiliar os usuários a fazerem previsões futuras, e o confirmatório como um *feed-back*³. Essa informação ajuda o usuário a fazer suas considerações passadas, presentes e futuras.

A Representação fidedigna trata-se da outrora expressão concebida sob a égide da confiabilidade, onde para ser útil informação contábil financeira não tem que só representar um fenômeno relevante, mas tem também que o fazer com fidedignidade junto ao fenômeno que se propõe representar. A realidade retratada precisa ter três atributos: Completa, onde deve incluir toda a informação necessária, neutra, que não deve ser distorcido com contornos que possa receber dando maior ou menor peso que aumente a probabilidade de a informação ser recebida e livre de erros, que significa que não contem erros ou omissões, concluindo que o processo utilizado foi bem aplicado.

A informação contábil precisa ser simultaneamente relevante e útil para a realidade reportada, pois do contrário não auxiliam os usuários a tomarem decisões adequadas para seus negócios em questão. A contabilidade tem como atividades meio as técnicas contábeis que ajudam no processo de informação para tomada de decisão como: Escrituração, Demonstrações, Análise de balanços e Auditoria. Considerando que a contabilidade seja uma das fontes primárias, utilizada para auxiliar e informar os administradores das entidades de maneira dinâmica nas suas movimentações econômicas e financeiras, onde faz indução sobre suas tendências futuras, passa ela também a ser fomentadora da Auditoria, uma

³feedback é entendido como a opinião que avalia e analisa o desempenho de um setor ou de um indivíduo na empresa tendo em vista contribuir com a melhoria do seu desempenho e consequentemente com o da organização.

técnica contábil destinada a ser uma ferramenta de orientação e confirmação da regularidade e aferição dos atos e fatos promovidos pela ciência contábil.

Assim vê-se que, a contabilidade para mensurar a confiabilidade dos registros contábeis se utiliza da Auditoria, onde com sua especialização contábil realiza exames necessários com base nas normas e princípios doutrinários apropriados para analisar a eficiência e eficácia do controle patrimonial adotado, incluindo procedimentos de comprovação, fazendo menção a sua veracidade.

Para Attie (2011),

"A veracidade das informações, o correto cumprimento das metas, a aplicação do capital investido de forma lícita e o retorno do investimento foram algumas das preocupações que exigiram a opinião de alguém não ligados aos negócios e que confirmassem de forma independente, a qualidade e precisão das informações prestadas, dando, dessa forma, o ensejo ao aparecimento do auditor".

Sendo esse um profissional que utilize toda sua credibilidade e confiança para oferecer maior suporte a entidade, o mesmo deve ser uma pessoa de equilíbrio, uma vez que sua opinião e análise influenciam na tomada de decisão em relação aos interesses financeiros da entidade que o contratou, pois seu papel e incumbência é verificar se as informações e análises da situação patrimonial estão sendo comunicadas com clareza, assim como, informar qualquer desacordo nelas existente através de um relatório contendo as observações das práticas utilizadas para maior evidência dos exames efetuados.

Essa técnica contábil está classificada de acordo com o tratamento e a forma de intervenção do objeto que a mesma pode ser assim sendo denominada de Auditoria Interna ou Externa. A primeira constitui-se de uma atividade independente de avaliação dentro da empresa, onde tem por objetivo examinar a integridade e adaptação, como também eficácia dos controles e informações contábeis, financeiras e operacionais existentes na entidade. Utiliza do controle gerencial através da eficiência de outros controles para a análise, sua execução é feita por um profissional da área ligado a empresa, sendo esse de confiança dos dirigentes, seu objetivo principal é auxiliar o membro da administração no desempenho permanente de suas funções a fim de obter análises precisas, recomendações e comentários convenientes às atividades examinadas. Dentre as suas responsabilidades estão a de informar e assessorar a

administração, como coordenar suas atividades com outros para atingir com mais destreza os objetivos da auditoria em prol das atividades da empresa.

Já a segunda classificação por assim dizer é executada por um profissional independente, sem vínculo algum com o quadro de formação da empresa, que tem sua intervenção acordado pelo contrato de serviço. A mesma integra um conjunto de procedimentos técnicos que tem por finalidade a emissão do parecer sobre a conformação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e origens e aplicações de recursos da entidade, assim auditada com congruência mediante as normas brasileiras de contabilidade.

Apesar de as técnicas de trabalho ser semelhantes, a auditoria interna, a auditoria externa tem suas particularidades, pois podemos identificar que a diferença básica entre interna e externa remete ao grau de independência que existe. Ambas tem interesse na conferência de um sistema efetivo de controle, funcionando de forma satisfatória e seguindo as normas legais, além de um sistema contábil com capacidade para fornecer dados necessários que possa permitir a preparação das demonstrações a fim de reflexionar a posição contábil e o resultado operacional da empresa.

3.1.1. PROCESSO DE AUDITORIA CONTABIL

A Auditoria é uma técnica contábil que serve para avaliar as informações do período previamente definido através de exames e registros para obter uma situação mais precisa da entidade a fim de evitar eventos fraudulentos ou errôneos. Essa técnica objetiva examinar as demonstrações financeiras para identificar possíveis deficiências no sistema de controle interno, trabalho no qual se faz necessária emissão de um parecer constatando a realidade posta. Para Franco e Marra (2007, pg. 39),

“O objetivo da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio, administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade e defesa dos interesses patrimoniais”.

Nesse sentido, a Auditoria exerce uma função preventiva e de moral para confirmar os fatos verídicos dos registros e a confiabilidade dos comprovantes, a fim de opinar sobre as situações e informações contidas por meio de relatório.

Originalmente desenvolvida na Inglaterra, a serviço das grandes companhias de comércio. Suas causas de surgimento segundo Franco e Marra (2007), “surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço”. Frente a essa afirmação, a auditoria surgiu da necessidade entre os usuários para emitir uma opinião objetiva na qual obtivesse confiança sobre o trabalho desenvolvido na administração sob a situação econômica e financeira da empresa, dando seu parecer fundamental para tomada de decisão da gestão, através das informações prestadas.

O objetivo da auditoria contábil é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis mediante expressão de opinião clara e objetiva sobre a situação em que tal entidade encontra-se por parte dos usuários, assegurando que esteja representada adequadamente a posição patrimonial e financeira, e seu trabalho dá-se por meios de legislações específicas, normas e princípios da contabilidade. Para tanto, a auditoria desenvolve uma análise de pesquisa que pode evitar o surgimento de casos de dinheiro não contabilizado dentro de uma entidade, uma vez que esses acontecem de forma corriqueira no mundo dos negócios econômicos e financeiro. Como já citado anteriormente, entre os casos de fraudes contábeis que fizeram parte das manchetes e jornais em todo o mundo foi o da Empresa norte-americana Enron, que se tornou uma gigante distribuidora e transmissora de energia.

A respeito do objeto da auditoria Crepaldi (2007) nos lembra:

“O objeto da Auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração”. (CREPALDI, 2007).

Isso reflete na lealdade na defesa dos interesses patrimoniais, exercendo uma ação preventiva e edificante para a confirmação dos registros e credibilidade dos comprovantes. Para que seu trabalho possa apresentar mais confiabilidade a auditoria pode basear-se em outras informações contidas fora da empresa, como as relativas de terceiros e saldos bancários, onde oferece melhores características e confiança. Sua atividade é bastante ágil e está sempre em alteração, o que leva uma atenção maior dos órgãos específicos nessa área para padronizar e fortalecer esse sistema.

Nesse sentido, a Auditoria tem um papel de grande relevância na análise dos demonstrativos e registros contábeis de uma empresa ou entidade, uma vez que deve analisar e determinar se os mesmos merecem confiança para desencadear a situação patrimonial e seus resultados das operações da entidade examinada. Esse profissional revisa as afirmações de forma crítica para que possa emitir um relatório dando seu parecer quanto à veracidade mostrada nas demonstrações pelos seus administradores. Todo esse trabalho requer maior atenção do auditor, uma vez que ele precisa analisar com exatidão o conjunto das demonstrações contábeis para saber o que elas representam para isso é preciso que o mesmo seja um contador experiente e competente a fim de entender com bastante absorção o que diz as mesmas, além de verificar se as diversas afirmações estão de acordo com os procedimentos técnicos a serem seguidos. O seu trabalho vem tornando cada vez mais indispensável, uma vez que práticas fraudulentas de dinheiro não contabilizado tendem a aumentar, essa técnica de auditoria envolve fatores técnicos como também psicológico, pois sua presença, por vezes intimida uma pessoa a cometer irregularidades.

Vale salientar que apesar de seu trabalho ser indispensável no controle da administração de uma empresa, a auditoria não é responsável por não conter totalmente os casos ilícitos na entidade, uma vez que detectar fraudes ou erros não é

uma tarefa fácil, posto que quem as comete o faz com muita sabedoria e habilidade, mas cabe ao auditor planejar e verificar com a administração medidas corretivas sobre os possíveis casos. Para isso é necessário analisar todo o sistema contábil, verificando sua estrutura, e se está de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, para a partir daí, comunicar aos responsáveis o fato ocorrido, além de sugerir medidas para extinguir ou atenuar, obedecendo as normas de auditoria usualmente aceitas para aplicar procedimentos corretos sobre sua análise e julgamento.

Quanto ao auditor, esse precisa ter uma educação cada vez mais continuada, deve estar ciente das inovações de mercado, das novas tecnologias no sistema informatizado, conhecer o avanço de cada produto, apuração de custos, ter conhecimento da legislação societária, para tomar medidas e controles cada vez mais eficazes, a fim de conseguir identificar os riscos e ameaças ao patrimônio de seu cliente.

3.1.1.1. CONCEITUAÇÕES DO PROCESSO DE DINHEIRO NÃO CONTABILIZADO.

O Contabilista, mais precisamente o Auditor, está cada vez mais em contato com clientes e entidades que pode a qualquer momento deparar – se com uma situação criminosa como o dinheiro não contabilizado, uma vez que se trata de uma prática onde introduz o dinheiro na economia e faz transparecer, supostamente, sob o manto da legitimidade. Essa prática cometida de forma premeditada é planejada para obter ganhos pessoais.

Esse processo de dinheiro não contabilizado é procedente de atividades ilícitas que consegue se desvincular de sua origem e passar a ser reconhecida como uma atividade legal, podendo ser utilizada livremente, e sem prejudicar a imagem do causador do ato. O fenômeno da globalização asseverou-se, e conseqüentemente o giro de dinheiro pelo mundo, facilitando assim esse processo. Com tantas mudanças e aumento de fraudes nas entidades faz – se necessário uma análise de suas

demonstrações para que práticas como essas sejam descobertas, com isso percebe-se a necessidade de fazer uma auditoria, por ser uma técnica contábil de grande valia desenvolvida como ferramenta auxiliar em casos de descobertas de tais práticas ilícitas numa empresa ou entidade. Nesse sentido, é papel dessa técnica contábil, analisar se a contabilidade está condizente com a legalidade para num momento profícuo comunicar a administração a situação da mesma, independente, quer seja essa positiva ou negativa. Noutra ponto, avalia o grau de envolvimento da empresa, no caso de ato ilícito, além de sugerir medidas para resolver os problemas encontrados.

Um determinado ato ilícito, no sistema contábil, pode comprometer sobremaneira a forma de operacionalização e até mesmo a atividade da empresa. Nessa mesma esteira percebe-se que nenhuma entidade está imune, isso porque em parte o fenômeno da globalização aumentou de forma significativa a movimentação de dinheiro pelo mundo, através de um conjunto de práticas e procedimentos que se cominam com um posicionamento político desenvolvimentista a serviço dos detentores de capital. De certa forma, tais procedimentos por sua vez, têm se materializado em um facilitador de extremados transacionamentos de capitais que por vezes, na prática, se mostram como dinheiro não contabilizado em diversas esferas da economia global. Nesse sentido, faz-se necessário cada vez mais, a tomada de medidas eficazes, com as quais e o auxílio das novas tecnologias, possa-se identificar mais rapidamente tais ilicitudes. Sendo desse modo, conseguir-se-á encontrar soluções que detenha tais práticas danosas, e sempre que possível, sem maiores danos para a entidade.

Esses casos de dinheiro não contabilizado, como já foram mencionados anteriormente, acontecem de forma sucinta, de modo a favorecer a entidade ou pessoa envolvida sem causar-lhe prejuízos e aparentando normalidade processual. No intuito de acobertar os lucros ilícitos que recebem, sem entre tanto comprometer os envolvidos, segue uma linha de deslocamento dos fundos desde a sua origem, evitando uma ligação direta dos envolvidos com o ato causal, seguido por assim dizer de uma ocultação das várias movimentações, cujo intuito maior é o de bloquear o processo de rastreamento dos recursos existentes. Onde após ter sido

movimentado em quantidade suficiente, esses recursos retornam para os mesmos de forma habilidosa, carregando consigo, certo, parecer de legitimidade.

Objetivando incorporar na economia nacional os recursos gerados de atividades ilícitas, para que os mesmos pareçam legitimados, são utilizados três estágios, a saber:

Colocação - onde o dinheiro é aplicado na economia de forma oculta para que os praticantes possam movimentar em países que tenham regras mais tolerantes, e um sistema indulgente, que facilita a aplicação de técnicas requintadas e ágil como a segmentação dos valores transmitidos pelo sistema.

Ocultação - estágio este que, se confunde com o monitoramento contábil dos recursos ilícitos, com o intuito de dissipar a corrente de evidências de modo que se possa vir a fazer investigação sobre a origem do dinheiro oculto. A movimentação acontece de forma eletrônica, onde os ativos são removidos para contas anônimas, preferencialmente em bancos que sejam amparados pelo sigilo, dificultando o máximo nas investigações.

Integração – Nesta fase do estágio, o dinheiro não contabilizado que passa por todo um processo, é inserido nos diversos setores da economia, como comércio, indústria e serviços de maneira considerável e com documentação aparentando estar dentro dos trâmites da legalidade, consumando, assim, essa etapa em termos pouco técnico, mas, contudo, concebido por assemelhar-se a uma lavanderia.

Um exemplo dessa situação é o caso das *Companhias Off-Shore*, que é uma entidade situada no exterior, sujeita a um regime legal diferente, “extraterritorial” em relação ao país de domicílio de seus associados, ou seja, são empresas lícitas, legalmente constituída, no entanto, muitos empresários e pessoas físicas utiliza a mesma em prol do seu interesse pessoal, por ser uma empresa registrada em um País que oferece um sistema fiscal vantajoso. Foge das regras legais, para aumentar seus rendimentos, sem precisar pagar os tributos devidos, além de ficar oculto nas transações.

3.1.1.2. A AUDITORIA PERANTE AS NORMAS VIRGENTES

Para que um profissional de contabilidade especialista em auditoria possa aplicar essa ferramenta de forma auxiliar no processo de investigação em casos de fraude e erros nos registros contábeis das entidades, torna-se primordial que as técnicas estejam em acordo com as normas de contabilidade nas quais exigem comprometimento com o caso estudado. Sua aplicação está diretamente ligada às empresas de grande porte, como também de companhias de Capital aberto.

São inúmeras as regras e normas que a auditoria deve seguir na busca de cumprir com o seu papel de investigação. A começar pelo Código de Ética profissional introduzido em nosso meio através da Resolução CFC nº 803 de 10 de outubro de 1996, cuja finalidade é fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional. Noutro ponto, e em termos de normas ou mesmo procedimento que devem ser adotados pelos proponentes a desempenhar o papel de auditores, tem-se as normas de auditoria.

Nesse sentido, no tocante as Normas de Auditoria, para execução de trabalhos de prevenção da entidade, Franco e Marra (2007) prediz:

“Por normas de auditoria são entendidas as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções”.

Para tanto as mesmas são requisitos que são observados no trabalho desenvolvido pela auditoria, onde deve estabelecer ordem e disciplina na realização do trabalho executado.

Essas normas estabelecem os conceitos sobre as exigências do profissional de auditoria, assim com o parecer que deverá ser emitido por ele, servindo ainda de guia para o trabalho executado, evitando o uso de práticas fora das exigências das normas.

Na Norma NBC T 11 – Onde versas sobre as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações contábeis;

11.1.2. 1 – Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações

contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos.

Esses procedimentos são executados pelo auditor para poder demonstrar com precisão as análises feitas por ele através de planejamento mediante as Normas sobre seu nível de conhecimento considerando todos os fatores relevantes e éticos na execução dos trabalhos de auditoria para evitar casos de dinheiro não contabilizado. Na realização do trabalho, o auditor utiliza dos papeis de trabalho, que tem como finalidade servi de base e sustentação da opinião.

Ainda se tratando da Norma NBC T 11, a mesma afirma que:

11.1.3.1 – Os papeis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor, preparados de forma manual, por meios eletrônicos, ou por outros meios, que constituem a evidência do trabalho executado e fundamentado de sua opinião.

Esses papéis de trabalho integra um registro perdurável do trabalho efetuado pelo auditor, dos fatos e informações obtidos, bem como das suas conclusões sobre o exame. Nele o auditor necessitará expressar sua opinião, críticas e sugestões. Exceção de propriedade restrita do auditor, que é encarregado de sua guarda e sigilo, facilita na revisão do trabalho de auditoria, ajudando na evidenciação do mesmo.

O Planejamento para que o trabalho do auditor seja realizado dentro das normas profissionais tem que ser de acordo com prazos e compromissos assumidos com a entidade através de contrato, onde nele deverá estimar todos os fatores que pareçam ser relevantes no cumprimento dos trabalhos. Para isso a Norma NBC T 11, prevista na Resolução CFC Nº 953, de 24 de janeiro de 2003, com relação a seu planejamento afirma que:

“O auditor deve planejar seu trabalho consoante as Normas Profissionais de Auditor Independente e estas normas, e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade”. (NBC T 11.2.1.1 - Resolução CFC Nº 953, 2003).

Quanto ao Risco de Auditoria, o auditor não está imune, pois o mesmo poderá vir a emitir uma opinião inadequada com relação as demonstrações contábeis de forma incorreta, para isso a NBC T 11 chama a atenção para a prevenção dentro dos planejamentos, onde diz:

“A análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos considerando a relevância em dois níveis:

a) em nível geral, considerando as demonstrações contábeis tomadas no seu conjunto bem como as atividades, qualidade da administração, avaliação do sistema contábil e de controles internos de situação econômica e financeira da entidade; e

b) em níveis específicos, relativos ao saldo das contas ou natureza e volume das transações”. (NBC T 11.2.3.2 - Resolução CFC Nº 953, 2003).

Já quanto a responsabilidade primária na prevenção de fraude ou erro de uma entidade fica para a administração, com um sistema de controle adequado para ajudar nessa tarefa, apesar de não eliminar o risco de haver dinheiro não contabilizado, seja por intenção ou por acaso. O auditor quando contratado para a função que lhe compete, deve planejar seu trabalho sem se sentir na obrigação de prevenir por completo essas práticas, e comunicar diante da apresentação do trabalho sobre a possibilidade de encontrar fraude e erro. Caso detecte algo de cunho fraudulento, deve comunicar a administração, sugerindo medidas cabíveis de correção para os possíveis efeitos no seu parecer.

Cabe ainda avaliar o sistema contábil, o controle interno na sua concepção e funcionamento para mediante análise verificar onde ficou tão falho, e qual proporção foi tomada essa prática de dinheiro não contabilizado. Na possibilidade de se acreditar que isso pode resultar em distorções relevantes nas suas demonstrações contábeis, deve o mesmo modificar seus procedimentos ou aplicar outros, em caráter suplementar.

As implicações de fraude, detectadas pelo auditor vão depender da relação de perenização e ocultação da prática de fraude, como também dos procedimentos que foram tomados para o controle específico, além do nível de envolvimento da administração e dos empregados no geral.

Com isso, o Auditor ao perceber as práticas errôneas na entidade deverá avaliar as circunstâncias do fato, para com isso concluir o grau de envolvimento da

alta administração, antes de comunicar por escrito. O auditor normalmente não pode comunicar a terceiros os casos de descobertas de dinheiro não contabilizado devido seu sigilo profissional, mas se houver obrigação legal, o mesmo poderá fazê-lo, dentro das normas e do código de ética profissional.

Quanto a sua renúncia do trabalho elaborado, essa acontece quando a entidade não considerar necessário tomar as medidas cabíveis sugeridas pelo auditor com relação ao fato ocorrido.

Ao analisar o conjunto de normas, de instituições e de recomendações que dão forma ao regime de dinheiro não contabilizado, faremos uma distinção entre aqueles juridicamente aceitos e que procuram através de seus conceitos evitarem essa prática. Com isso podemos destacar a Convenção de Viena, onde é considerado o primeiro marco internacional que forneceu uma definição primordial de como combater as práticas ilícitas pelo mundo, seguindo assim no ano de 1989, criou-se o grupo de Ação Financeira (GAFI), onde, sua função é definir padrões e medidas regulamentares que definam como combater o dinheiro não contabilizado, suas recomendações designa um sistema amplo de medidas de proteção sobre práticas ilícitas.

Com relação às recomendações faz saber que as mesmas são de suma importância para:

- Identificar os riscos e desenvolver políticas e coordenação domésticas;
- Combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e da proliferação;
- Aplicar medidas preventivas para o setor financeiro e outros setores designados;
- Estabelecer poderes e responsabilidade para as autoridades competentes;
- Aumentar a transparência e disponibilidade das informações sobre propriedades de pessoas jurídicas e de outras estruturas, e
- Facilitar a cooperação internacional.

Cabe ainda destacar na mesma corrente de raciocínio a Lei nº 25/ 2008 que emite alerta e propaga informações sobre as medidas de natureza preventiva no combate ao dinheiro não contabilizado, no entanto essa prevenção é um grande desafio, e exige a Auditoria como ferramenta essencial de legalização do dinheiro

4. METODOLOGIA

A Metodologia de Pesquisa é descrita por Tozoni – Reis (2009, p. 16) “como um caminho a ser trilhado pelo pesquisador no processo de produção de conhecimentos sobre a realidade em que busca conhecer”. Tem que ser usada de forma clara e objetiva para se obter os conhecimentos necessários para a pesquisa. Por tanto, quanto aos fins ou objetivos da presente pesquisa, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, na qual é realizada em área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, mas também descritivo e em relação aos meios de investigação de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, através de posicionamentos e conceitos de alguns autores.

O que no entendimento de Gil (1999, p. 42)

“Pode-se definir pesquisa como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científica. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante emprego de procedimentos científicos”.(GIL, 1999).

Para tanto, pesquisa é uma forma de descobertas de conhecimentos para obter uma possível resposta no intuito de resolver o problema, através de recolhimentos de dados.

Caracteriza-se como pesquisa descritiva onde o pesquisador se preocupa em analisar os fatos ocorridos, como também classificá-los e interpretá-los, através de levantamentos de dados para entender os procedimentos feitos através da auditoria para auxiliar no processo de investigação.

Para Gil (2009, p. 42) “A pesquisa descritiva têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, então o

estabelecimento de relações entre variáveis. O investidor não interfere e não tem compromisso de explicar os fenômenos que acontece”.

No tocante aos procedimentos técnicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que trata de um estudo sistematizado usando como material de estudo para pesquisa aquele de fácil acesso. Gil (2009, p. 44) diz que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de principalmente de livros e artigos científicos”.

Compreende ainda essa pesquisa consultas a teses, dissertações, artigos e internet, com o objetivo de conhecer e relacionar as diferentes contribuições científicas para o tema que está sendo abordado, no sentido de pesquisar nesses materiais fontes que ajudem a entender como a auditoria realiza seu trabalho de investigação em caso de dinheiro não contabilizado.

Do ponto de vista da abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa com o objetivo de construir uma análise mais detalhada do que está sendo pesquisado para responder ao que está em questionamento. Nesse sentido, há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não podem ser traduzidas em números. De acordo com Gil (2008):

“A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.(GIL, 2008).

Percebe-se, portanto, que tal pesquisa, de cunho qualitativo, tem por sua característica e natureza essencial uma análise mais acurada em relação ao que está sendo estudado, trazendo por assim dizer, em seu escopo um aprofundamento da discussão do objeto em escrutínio.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho direcionou seu estudo para uma pesquisa bibliográfica, onde procurou responder sobre a importância da Auditoria como ferramenta de controle nos casos de dinheiro não contabilizado, objetivando sua importância no repasse das informações contábil e financeira aos usuários, referente a confiabilidade das informações. Portanto trata-se de um processo de adaptáveis mudanças no sistema informatizado, em busca do aperfeiçoamento para as medidas que protejam as entidades analisadas.

Levando em consideração as definições dos conceitos utilizados como contabilidade, auditoria contábil processo de auditoria e as normas exigidas, percebe – se que a importância dessa ferramenta esta cada vez mais presente, pois a cada dia as empresas e instituições tem se tornado vitimas das práticas de dinheiro não contabilizado, prejudicando seu desempenho corporativo, sendo nociva a economia e a Sociedade.

Devido a comprovação de que práticas de fraudes comprometem a atividade da empresa e o sistema de controle interno não garantir uma absoluta proteção para combater as irregularidades nas organizações, visto que ha limitações, vê-se a necessidade de uma contratação de auditoria, onde possa implantar medidas e controles eficazes na intenção de dificultar e amenizar as práticas ilícitas, mantendo uma postura comprometida com valores éticos, é que se percebe ao longo do presente trabalho, em resposta aos objetivos no escopo desse firmados.

Considerando os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada pode –se concluir que a Auditoria surge como peça fundamental no combate as práticas de dinheiro não contabilizado ocorridas nas demonstrações financeiras de uma entidade, dentro das leis e normas existentes na contabilidade.

Sendo assim, esse trabalho de análise bibliográfico e descrito, não deve ter o caráter de finalização, uma vez que pode haver discussões relacionadas ao tema exposto, surgindo assim futuras pesquisas, podendo colaborar com o melhoramento desta. Ainda na mesma corrente propositiva, percebe-se aqui a oportunidade em sugerir aos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis – CCHE-UEPB, e demais interessados pelo tema ora discutidos, que aprofundem tais demandas, tendo como

meta fundamental encontrar métodos que consiga banir as práticas de dinheiro não contabilizado.

REFERÊNCIAS

A importância da auditoria externa na detecção de fraudes. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_auditoria_externa_na_deteccao_de_fraudes.pdf>. Acesso em 26 de Maio de 2016.

As Recomendações do GAFI. Disponível em: <<http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/As%20Recomendacoes%20GAFI.pdf>>. Acesso de 26 de Maio de 2016.

TTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações.** 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática.** 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de Ética Profissional do Contador.** Brasília, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de Ética Profissional do Contador.** Brasília, 1996.

_____ - RESOLUÇÃO CFC Nº 803/96. Código de Ética Profissional do Contador.

FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil.** 4 ed. 5 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

Fases da lavagem de dinheiro. Disponível em: <<https://www.coaf.fazenda.gov.br/linkin-externos/fasesdalavagemdedinheiro>>. Acesso em 28 de novembro de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. – 12 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

HENDRIK, Eldan S. BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 1 ed. 6 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

Lavagem de dinheiro. Disponível em :<http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_40392/lavagem_de_dinheiro-_ideologia_da_criminalizacao_e_analise_do_discurso>. Acesso em 16 de março de 2016.

Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1102.htm>>. Acesso em 06 de abril de 2016.

Pronunciamentos Básicos do CPC-00. Disponível: <https://www.ceav.concursos.com.br/ceav-rio/index.php/artigos/436_pronunciamentos_basicos_pcp_00_estrutura_conceitual_para_elaboracao_e_divulgacao_do_relatorio>. Acesso em 27 de novembro de 2014.

TOZONI – REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009